



Nota de Negociação de Títulos Letra Financeira com cláusula de subordinação

São Paulo, [data de emissão da nota]

Página 1 de 3

Cliente:								
CNPJ / CPF:			Conta B3 ou Agência e Conta Corrente:					
Tipo de Operação: Aplicação em Letra Financeira com cláusula de subordinação a ser utilizada para compor o Nível I do Patrimônio de Referência (PR) da instituição emitente, nos termos da Lei 12.249, de 11.06.2010, e Resoluções CMN nº 4.123, de 23.8.2012, e 4.192, de 1.3.2013, conforme alteradas							Número da Operação:	
Condições da Aplicação:								
Data de Emissão	Data de Vencimento	Cláusula de Conversão/Extinção	Opção de Recompra:	Datas das Opções de Recompra:				
				1º Data	Datas Subsequentes			
dd/mm/aaaa	Não há (perpétua)	Extinção	Sim	dd/mm/aa	Anualmente em dd/mm			

PU Emissão (R\$)	Quantidade	Valor Aplicado (R\$)	Remuneração (% do Indexador + Taxa % a.a)				Datas de Pagamento de Juros:	
			Parâmetro		Taxa % aa		1º Data	Datas Subsequentes
			Indexador	Percentual	Exp 252 du	Exp 360 dc		
XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXX	XXX%	XXXXXXX	XXXXXX	dd/mm/aa	Anualmente, em dd/mm

Instituição Emitente: Itaú Unibanco Holding S.A.

Características da Aplicação:

- 1) A(s) Letra(s) Financeira(s) com cláusula de subordinação objeto desta Nota de Negociação é(são) registrada(s) em câmara de registro de liquidação e custódia (B3 S.A.) e a sua respectiva valorização segue os critérios de cálculo estabelecidos pela câmara, vigente na data da contratação da operação.
- 2) Eventual recompra da(s) Letra(s) Financeira(s) com cláusula de subordinação objeto dessa Nota de Negociação depende de decisão do Itaú Unibanco Holding S.A. e está sujeita às restrições e condições da regulamentação vigente para o produto, inclusive anuência do Banco Central do Brasil em determinadas hipóteses. O Preço de exercício da Opção de Recompra é 100% (cem por cento) do Valor Aplicado (isto é, o PU Emissão (R\$) multiplicado pela Quantidade).
- 3) Liquidação: [B3] ou [Débito em conta].
- 4) Caso as datas de pagamento de juros e/ou de opção de recompra não recaiam em dias úteis na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, serão considerados, para os devidos fins, os dias úteis subsequentes.
- 5) A tributação ocorrerá de acordo com a legislação em vigor, inclusive quanto ao Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, incidente sobre os rendimentos, e ao Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.
- 6) A existência de um mercado secundário para a(s) Letra(s) Financeira(s) com cláusula de subordinação objeto desta Nota de Negociação é incerta.
- 7) A instituição emissora poderá, a qualquer tempo e sem o consentimento do Cliente, modificar esta Nota de Negociação (incluindo mas não se limitando ao seu Núcleo de Subordinação), única e exclusivamente para cumprir com exigências eventualmente impostas pelo Banco Central do Brasil como requisito para qualificar a(s) Letra(s) Financeira(s) com cláusula de subordinação objeto desta Nota de Negociação para fins de composição do Patrimônio de Referência de Nível I da instituição emissora. Estão excetuadas dessa condição modificações que afetem a Remuneração, as Datas de Pagamentos dos Juros, o Valor Aplicado e o ranking de subordinação da(s) Letra(s) Financeira(s) com cláusula de subordinação objeto dessa Nota de Negociação, que deverão contar com o consentimento do Cliente.
- 8) Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir as questões decorrentes dessa Nota de Negociação.

Assinaturas autorizadas pela Instituição Emitente:

Itaú Unibanco Holding S.A. – CNPJ.: 60.872.504/0001-23

Pça Alfredo E. de S. Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal – São Paulo – SP

Serviço de Apoio ao Cliente (SAC) – Itaú> 0800 728 0728 / Exclusivo ao Deficiente Auditivo: 0800 722 1722 / Ouvidoria Corporativa> 0800 570 0011, em dias úteis das 9h às 18h, ou Caixa Postal 67.600, CEP 03162-0971



Nota de Negociação de Títulos Letra Financeira com cláusula de subordinação

São Paulo, [data de emissão da nota]

Página 2 de 3

NÚCLEO DE SUBORDINAÇÃO

vigente para operações realizadas a partir de 27 de maio de 2014 e disponibilizado em 22 de julho de 2014, em conformidade com a Resolução nº 4330/2014.

Condições aplicáveis a cada uma destas letras financeiras, emitidas na forma da regulamentação em vigor, para efeito de serem utilizadas como instrumento elegível a compor o Capital Complementar, integrante do Nível I do Patrimônio de Referência (PR) da instituição emitente:

- (1) é nula qualquer cláusula desta letra financeira ou de outro documento acessório que prejudique o atendimento dos requisitos previstos na Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013, do Conselho Monetário Nacional, e das demais cláusulas deste Núcleo de Subordinação;
- (2) o aditamento, alteração ou revogação dos termos deste Núcleo de Subordinação depende de prévia autorização do Banco Central do Brasil;
- (3) seu pagamento está subordinado ao pagamento dos demais passivos da instituição emitente, com exceção do pagamento dos elementos que compõem o Capital Principal, na hipótese de dissolução da instituição emitente;
- (4) não pode ser objeto de garantia, seguro, ou qualquer outro mecanismo que obrigue ou permita pagamento ou transferência de recursos, direta ou indiretamente, da instituição emitente, de entidade do conglomerado ou de entidade não financeira controlada, para o seu titular, que comprometa a condição de subordinação aqui expressa;
- (5) inexistem cláusulas que, direta ou indiretamente, alterem o montante originalmente captado, inclusive por meio de acordos que obriguem a instituição emitente a compensar o investidor se um novo instrumento for emitido com melhores condições de remuneração, com exceção dos casos de recompra e resgate, quando previstos;
- (6) sua compra não é financiada, direta ou indiretamente, pela instituição emitente;
- (7) tem caráter de perpetuidade;
- (8) o vencimento está condicionado somente à ocorrência da dissolução da instituição emitente ou do inadimplemento da obrigação de pagar a remuneração estipulada;
- (9) sua integralização é efetuada em espécie;
- (10) em sendo emitida com cláusula de opção de recompra ou de resgate pela instituição emitente, conforme consta da seção Instrumento Financeiro, campo Possui Opção de Recompra/Resgate pelo Emissor, atende aos seguintes requisitos:
 - a) intervalo mínimo de cinco anos entre a data de emissão e a primeira data de exercício de opção de recompra ou resgate;
 - b) o exercício de opção de recompra ou resgate está condicionado, na data do exercício, à autorização do Banco Central do Brasil;
 - c) inexistência de características que acarretem a expectativa de que a opção de recompra ou resgate será exercida; e
 - d) o intervalo entre as datas de exercício das opções deve ser de, no mínimo, 180 dias;
- (11) pode ser adquirida pela instituição emitente, a qualquer tempo, desde que por meio de bolsas ou de mercado de balcão organizado, para permanência em tesouraria e venda posterior, independentemente da autorização prevista nos itens 10(b) e 12 ou do prazo mínimo estabelecido no item 10(a), desde que:
 - a) haja manifestação formal da instituição emitente por essa opção quando da solicitação de autorização de que trata o item 28; e
 - b) o valor mantido em tesouraria não ultrapasse o montante de até 3% (três por cento) do saldo total de letras financeiras por ela emitidas com cláusula de subordinação, utilizadas para fins de composição do PR, em que tenha havido a manifestação aludida no item 11(a), incluindo-se no cômputo desse limite as letras financeiras adquiridas por instituições de seu conglomerado econômico;
- (12) sua recompra ou seu resgate, ainda que realizado indiretamente por intermédio de entidade do conglomerado ou por entidade não financeira controlada pela instituição emitente, está condicionado à autorização do Banco Central do Brasil;
- (13) sua recompra ou seu resgate somente poderá ocorrer por iniciativa da instituição emitente;
- (14) inexistem cláusulas que tenham previsão de variação das condições de remuneração após sua emissão, inclusive em função de oscilação da qualidade creditícia da instituição emitente;
- (15) o pagamento de sua remuneração ocorrerá apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração;
- (16) o pagamento da remuneração que exceder os recursos disponíveis para essa finalidade será suspenso;
- (17) o pagamento de remuneração será suspenso na mesma proporção da restrição imposta pelo Banco Central do Brasil à distribuição de dividendos ou de outros resultados relativos às ações, quotas ou quotas-partes, elegíveis ao Capital Principal;
- (18) o pagamento da remuneração será suspenso nos mesmos percentuais de retenção do valor a ser pago ou distribuído, mencionados no art. 9º, § 4º, da Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013, do Conselho Monetário Nacional, caso a instituição emitente apresente insuficiência no cumprimento do Adicional de Capital Principal ou o pagamento acarrete desenquadramento em relação aos requerimentos mínimos de Capital Principal, Nível I e PR;
- (19) a ocorrência das situações previstas nos itens 15, 16, 17 e 18 não será considerada evento de inadimplemento ou outro fator que gere a antecipação do vencimento de dívidas em qualquer negócio jurídico de que participe a instituição emitente;
- (20) serão consideradas extintas a remuneração não paga em virtude das disposições do item 15 e a remuneração referente ao período da suspensão levada a efeito em virtude do disposto nos itens 16, 17 e 18;



Nota de Negociação de Títulos Letra Financeira com cláusula de subordinação

São Paulo, [data de emissão da nota]

Página 3 de 3

(21) em havendo previsão de extinção, conforme consta da seção Instrumento Financeiro, campo Cláusula de Conversão/Extinção, qualquer das situações a seguir resultará em sua extinção permanente, em valor no mínimo correspondente ao saldo computado no Nível I do PR:

- a) divulgação pela instituição emitente, na forma estabelecida pelo Banco Central do Brasil, de que seu Capital Principal está em patamar inferior a 5,125% (cinco inteiros e cento e vinte e cinco milésimos por cento) do montante RWA, apurado na forma estabelecida pela Resolução nº 4.193, de 2013;
- b) assinatura de compromisso de aporte para a instituição emitente, caso se configure a exceção prevista no caput do art. 28 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
- c) decretação, pelo Banco Central do Brasil, de regime de administração especial temporária ou de intervenção na instituição emitente; ou
- d) determinação, pelo Banco Central do Brasil, de sua extinção, segundo critérios estabelecidos em regulamento específico editado pelo Conselho Monetário Nacional;

(22) a extinção referida no item 21 não ocorrerá nas hipóteses de revisão ou de republicação de documentos que tenham sido utilizados pela instituição emitente como base para a divulgação da proporção entre o Capital Principal e o montante RWA, prevista no item 21(a);

(23) a ocorrência das situações previstas nos itens 21 e 22 acima não será considerada como evento de inadimplemento ou outro fator que gere a antecipação do vencimento de dívidas em qualquer negócio jurídico de que participe a instituição emitente;

(24) em havendo previsão de conversão, conforme consta da seção Instrumento Financeiro, campo Cláusula de Conversão/Extinção, qualquer das situações a seguir resultará na sua conversão em ações da instituição emitente, elegíveis ao Capital Principal, em valor no mínimo correspondente ao saldo computado no Nível I do PR:

- a) divulgação pela instituição emitente, na forma estabelecida pelo Banco Central do Brasil, de que seu Capital Principal está em patamar inferior a 5,125% (cinco inteiros e cento e vinte e cinco milésimos por cento) do montante RWA, apurado na forma estabelecida pela Resolução nº 4.193, de 2013;
- b) assinatura de compromisso de aporte para a instituição emitente, caso se configure a exceção prevista no caput do art. 28 da Lei Complementar nº 101, de 2000;
- c) decretação, pelo Banco Central do Brasil, de regime de administração especial temporária ou de intervenção na instituição emitente; ou
- d) determinação, pelo Banco Central do Brasil, de sua conversão, segundo critérios estabelecidos em regulamento específico editado pelo Conselho Monetário Nacional;

(25) a conversão referida no item 24 não ocorrerá nas hipóteses de revisão ou de republicação de documentos que tenham sido utilizados pela instituição emitente como base para a divulgação da proporção entre o Capital Principal e o montante RWA, prevista no item 24(a);

(26) a ocorrência das situações previstas nos itens 24 e 25 acima não será considerada como evento de inadimplemento ou outro fator que gere a antecipação do vencimento de dívidas em qualquer negócio jurídico de que participe a instituição emitente;

(27) na hipótese de conversão em ações:

- a) a instituição emitente declara possuir todas as autorizações internas necessárias para a emissão desta(s) letra(s) financeira(s) e das ações a serem utilizadas na conversão, inclusive o capital autorizado de que trata o art. 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em valor suficiente para abranger eventual aumento de capital decorrente da conversão;
- b) a conversão em ações ocorrerá anteriormente ao efetivo ingresso dos recursos referentes à situação prevista no item 24(b);
- c) será respeitado o limite máximo estabelecido neste Núcleo de Subordinação à quantidade de ações a ser entregue ao investidor; e
- d) caso o investidor decida abdicar do direito ao recebimento das ações, a dívida representada na letra financeira será permanentemente extinta;

(28) a eficácia dos itens 16 a 18 e 20 a 27 está condicionada ao deferimento, pelo Banco Central do Brasil, da solicitação protocolizada pela instituição emitente naquela Autarquia para que os recursos captados sejam autorizados a compor seu PR;

(29) os campos constantes das seções Instrumento Financeiro, Dados da Emissão e Registro e Forma de Pagamento integram este Núcleo de Subordinação.

Assinaturas autorizadas pela instituição emitente

Cliente:
CNPJ/CPF:

Itaú Unibanco Holding S.A. - CNPJ nº CNPJ.: 60.872.504/0001-23

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Olavo Setubal, São Paulo, SP

Serviço de Apoio ao Cliente (SAC) - Itaú: 0800 728 0728 / Exclusivo ao Deficiente Auditivo: 0800 722 1722 / Ouvidoria Corporativa: 0800 570 0011, em dias úteis das 9h às 18h, ou caixa postal 67.600, CEP 03.162-971